

Cadê as crianças?

Where are the children?

Cássia Maria Baptista de Oliveira¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo examina a relação entre crianças e espaços de convivência social na cidade de Nova Iguaçu, Brasil, para compreender o que a infância poderá nos fornecer para pensar a atualidade. Através do que acontece nos espaços públicos, destacam-se a ausência e a presença das crianças para propor, em seguida, uma abordagem da infância como força interpeladora que aponta para um vir a ser que se constitui em incompletude. Entende-se que os lugares – ora interligados, ora separados – propiciam formas de sociabilidade. Em busca dessa compreensão, tornou-se fundamental aventurar-se pela Via Light, escolhida como elemento de referência. As imagens dos espaços colhidos na Via Light, em Nova Iguaçu, consistiram em trazer a narrativa como fundamento da abordagem teórico-metodológica. Surgem as questões: O que a infância poderá nos fornecer para pensar a atualidade? Que sociabilidades são produzidas nos espaços de convivência social? Busca-se concretizar essa reflexão trazendo as imagens das praças e enfatizando os modos de ocupação, as relações de interação, os objetos ali presentes, os usuários e a localização. A importância de uma reflexão sobre a relação entre infância e cidade se deve à preocupação com a afirmação da cidade como espaço que caracteriza a criação e a insubordinação ao capital; significa dizer que a ausência das crianças no espaço público aberto e a sua presença no espaço público fechado desenham um modo de viver que traz implicações para os processos de sociabilidade, levantando questões sobre a tolerância, a integração social e a relação com a diferença, apresentadas nas considerações finais. Como suporte dessa temática, buscou-se nas contribuições de Agamben, Bauman e Harvey o entendimento da infância e da cidade, respectivamente.

Palavras-chave: Infância, Educação, Cidade, Sociabilidades.

Abstract

This article examines the relationship between children and spaces for social interaction in the city of Nova Iguaçu, Brazil, to understand what childhood could give us to think about the present. Through what happens in public spaces, we highlight the absence and the presence of children to propose an approach to childhood as an inquiring force pointing to the action of becoming which constitutes incompleteness. It is understood that the places – sometimes intertwined, sometimes separate – provide forms of sociability. In pursuit of this understanding, it became essential to venture along Via light, chosen as the reference element. The images collected in the spaces from Via Light, in Nova Iguaçu, consisted in bringing the narrative as the basis of theoretical and methodological approach. Questions arise: What childhood may provide us to think today? What sociabilities are produced in the spaces of social interaction? We seek to achieve this reflection bringing images of squares, emphasizing modes of occupation, relationships of interaction, objects present there,

¹ Professora de Psicologia e Educação do Departamento de Educação e Sociedade, Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu. Agência financiadora: Faperj. E-mail: cassiaufrrj@gmail.com

users and location. The importance of a reflection on the relationship between childhood and the city is due to concern about the disappearance of childhood. In support of this issue, we sought contributions of Agamben's, Bauman's and Harvey's understanding of childhood and the city, respectively.

Keywords: Childhood, Education, City, Sociabilities.

Na pesquisa “Cidade, infância e escola: produção de subjetividade e desafios para a educação em Nova Iguaçu”,² realizada no período de setembro de 2012 a dezembro de 2013, partimos da ideia de que as infâncias nos lugares de convivência social localizados em Nova Iguaçu deveriam ser analisadas tomando-se como ponto de partida a ideia de Guattari (1990), que nos afirma que as cidades são imensas máquinas que produzem subjetividade individual e coletiva e influenciam a existência humana sob todos os aspectos. Para ele, as mudanças na cidade são acompanhadas de outras no âmbito da vida e no modo de ser de seus habitantes. A argumentação desse autor nos levou a focar os espaços de convivência social que as crianças possam compartilhar, permitindo que elas estejam juntas – objeto desta pesquisa –, para compreender o que a infância poderá nos fornecer para pensar a atualidade.

Tal compreensão nos levou a reconhecer a importância de nos aventurarmos pela cidade, pois, como argumenta Walter Benjamin (2012), a cidade é o verdadeiro lugar sagrado do *flâneur*: “A cidade é seu tempo, seu local de culto” (ROUANET, 1992, p.50). A Via Light foi escolhida como elemento de referência e funcionou como rastro que enuncia a globalização. O cronista carioca João do Rio também afirmou que “a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma” (RIO, 2008, p.32).

O passeio pela Via Light, em Nova Iguaçu, consistiu em trazer a narrativa como fundamento da abordagem teórico-metodológica que serviu como uma travessia, permitindo-nos politizar o objeto da pesquisa. Deve-se ressaltar que, movidas pela figura do trapeiro de Benjamin, as imagens dos lugares de convivência social localizados nessa via foram recolhidas para introduzir o conceito de infância, a fim de apreendermos o que a infância nos fornece para captar os desafios da contemporaneidade.

Em seguida, fizemos um levantamento dos espaços de convivência social localizados na Unidade Regional de Governo (URG),³ Centro, que é composta dos bairros: Centro, Califórnia, Vila Nova, Caonze, Bairro da Luz, Santa Eugênia, Jardim Iguaçu, Chacrinha, Moquetá, Viga, Rancho Novo, Vila Operária, Engenho Pequeno, Jardim Tropical e Prata, com a duração de seis meses.

2 Esta pesquisa, desenvolvida juntamente com cinco estudantes de um curso de Pedagogia com bolsa de iniciação científica do CNPq, teve o apoio financeiro da Faperj. Vincula-se aos grupos de pesquisa que têm em comum a valorização da educação como campo interdisciplinar.

3 A cidade de Nova Iguaçu foi dividida, administrativamente, em nove URGs (Unidades Regionais de Governo), cada uma delas, por sua vez, dividida em bairros. Há, oficialmente, 69 bairros. A divisão política oficial da cidade leva em conta tanto características histórico-culturais dos diferentes bairros quanto fatores de ordem prática ou natural (como a divisão de duas URGs em uma avenida importante ou um rio). A divisão administrativa da cidade configurou-se a partir da publicação da lei municipal que instituiu o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu. A organização da cidade obedece, além do Plano Diretor, à Lei do Abairramento e à delimitação dos bairros regulamentada por decretos (Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Nova_Iguaçu>. Acesso em: 1ª jul. 2014.

Via Light e os espaços de convivência social

O passeio pela Via Light, construída no governo de Marcello Alencar, em 1998, objetivando desafogar o trânsito da Rodovia Presidente Dutra e ser uma importante ligação viária do Grande Rio, foi vital, porque sintetizou a produção da diferença geográfica, pondo em destaque as diversas relações com os espaços de convivência social. A imagem da ausência das crianças nos espaços públicos abertos e da sua presença nos espaços públicos fechados de lazer e entretenimento em Nova Iguaçu produz um mosaico de ambientes. Entende-se *lazer* como o uso do tempo livre que traz a ideia das diversões da cidade.

A Via Light é uma via expressa do Estado do Rio de Janeiro com 10,65 quilômetros de extensão, oficialmente denominada RJ-081, que liga o município do Rio de Janeiro ao de Nova Iguaçu, atravessando três municípios da Baixada Fluminense: São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita. No sentido Rio de Janeiro-Nova Iguaçu, ela começa na Pavuna, bairro que demarca os limites dos municípios do Rio de Janeiro e de São João de Meriti, e termina em Nova Iguaçu, no entroncamento que oferece condições de acesso à Estrada de Madureira, à linha férrea e ao centro urbano de Nova Iguaçu.

Nessa via, a articulação entre os municípios e entre os bairros do próprio município dá-se por meio de cruzamentos e viadutos. As passarelas da rodovia dão para matagais, deixando as pessoas vulneráveis a acidentes e à violência. Ao longo da avenida, não há segurança, e ela é o retrato do abandono, com motoristas, pedestres e animais enfrentando o risco de colisão, atropelamento e morte.

A Via Light é periférica nos municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita, apenas em Nova Iguaçu passando pelo centro da cidade, indo do bairro da Luz até o bairro Marco 2, com a construção de novas praças e jardins, shopping center e polo gastronômico.

De acordo com a arquiteta Carla Neves, que trabalha na Prefeitura de Nova Iguaçu, a Via Light se torna a principal avenida do município, porque o projeto foi adaptado às necessidades da cidade, pondo em prática o seu plano estratégico, cujo objetivo principal era tornar a cidade um centro metropolitano gerador de oportunidades comerciais, industriais e de serviços, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços públicos e da estrutura urbana, além de preservar o patrimônio ambiental, histórico e cultural. Após a sua construção, a arquitetura dos prédios ganhou aspectos mais modernos, passando a haver preocupação com o belo, a estética e o paisagismo, e constroem-se jardins e áreas de convivência social ao longo dela.

A criação de jardins entre as duas pistas e nas praças nasce nos anos 1990, com o projeto de renovação da cidade de Nova Iguaçu materializado na Via Light. Nessa via, existiam hortas utilitárias para o atendimento das necessidades de alimentação, mas não jardim e praças, voltados para o sentido da beleza, da satisfação, do lazer e do prazer, conforme depoimento da arquiteta.

Inicialmente, a Via Light foi pensada como área de lazer, para ser fechada nos fins de semana, como se faz no Aterro do Flamengo, no município do Rio de Janeiro, mas essa ideia ficou cada vez mais distante, por causa do engarrafamento diário na cidade, das 7 h da manhã às 7 h da noite. Nos anos 1990, a população praticava esportes, como ciclismo, caminhada, skate e futebol; hoje, a prática de esportes é menos intensa, devido ao crescente número de assaltos e à falta de segurança.

Ao passar pela Via Light,⁴ avistam-se a Federação Nacional Civil de Capelania do Brasil e a Loja Maçônica Mestre Hiram; espaços religiosos, como a Igreja Batista Memorial em Nova Iguaçu, a Igreja Messiânica Mundial, a Igreja Nova Vida Comunidade Evangélica Ministério Rafa, o Seicho-No-Ie do Brasil e a Comunidade Cristã Vida Livre; espaços de ensino, como o Centro Educacional Luminar, a Academia de Música Augusto Caldas, o Curso de Línguas Yes, o Curso Map, a Escola Estadual Mestre Hiram e o Microcamp Informática; espaço esportivo, como o Parque da Via Light; espaços públicos fechados de lazer e entretenimento, como o Polo Gastronômico Via Light, o Itaipava Point, o Bar Píer 160 e a Via Light Mall; e espaços públicos abertos de lazer, como a Praça da Maçonaria – conhecida como Praça Mestre Hiram, devido à proximidade com a Escola Estadual Mestre Hiram, no Centro –, a Praça do Centro Empresarial Georges Machlanta – em direção ao bairro da Luz, que fica próximo à Praça do Skate, destacando-se pelos equipamentos esportivos e pelas rampas de skate –, a Praça Dom Walmor ou Praça dos Direitos Humanos – no Centro, que chama a atenção pelos painéis pintados nesse lugar de passagem – e a Praça do Patrono – em direção ao Caonze, que se destaca pelas quadras de esporte com grama sintética e pela proximidade com o Polo Gastronômico, que está localizado perto de um dos jardins do início da via, com uma hipervisibilidade àqueles que chegam à cidade.

De um lado, a Praça do Patrono e a Praça do Skate têm em comum a oferta de quadras esportivas, mas a Praça do Patrono é também usada como espaço de descanso para trabalhadores na hora do almoço/lanche e serve de estacionamento para motos e bicicletas. Os habitantes que circulam por essas praças se aproximam pela prática do esporte, e elas são usadas como uma área “guetizada”, que ganha sentido pela identificação do local com a comunidade dos esportistas, estabelecendo fronteiras invisíveis entre os grupos que compartilham o lugar. Nas praças, há diversos grupos de esporte ocupando o espaço, mas sem relação entre eles, o que sugere comunidades fechadas.

De outro, a Praça Mestre Hiram e a Praça dos Direitos Humanos são locais de passagem, mas a Praça Mestre Hiram é também usada como lugar de espera ou de encontros rápidos, enquanto, na Praça dos Direitos Humanos, há expressões religiosas. Desses locais de passagem, visualiza-se a integração móvel, que se caracteriza por “proximidade momentânea e separação instantânea” (BAUMAN, 2011, p. 67).

Entre os espaços “guetizados” e os “lugares de passagem”, crescem, na via, os espaços religiosos e os públicos fechados, que prometem aos que passam pelas torres de energia elétrica e muros pintados outra imagem da cidade. “Esta imagem serve para ilustrar a cidade de Nova Iguaçu nos cartões-postais, tornando Nova Iguaçu a cidade maravilhosa da Baixada Fluminense” (BRITO, 2014, p. 17). Inicialmente, os muros que ficam no entorno da via eram pintados com painéis que imitavam fachadas de casas coloniais; hoje, são os grafites que se multiplicam a cada ano.

O traçado dessa via projetada, que passa pelo centro de Nova Iguaçu, transforma essa avenida em não lugar aos olhos de quem a vê pelo vidro das janelas de seu carro. Um não lugar “é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história: exemplos incluem aeroportos, autoestradas, anônimos quartos de hotel, transporte público” (BAUMAN, 2001, p. 120). A Via Light, transformada

4 Ver Brito (2014).

em não lugar pelos passageiros do carro, serve para os habitantes-moradores realizarem manifestações políticas e para a Prefeitura promover shows, trazendo um mosaico de lugares não mais associado à memória enraizada nas marcas identitárias do local, com suas culturas e tradições, o que faz do lugar uma *identidade palimpséstica*, que

[...] é o tipo de identidade que se adapta a um mundo em que a arte de esquecer é um bem mais importante do que a arte de memorizar; em que esquecer, mais do que aprender, é a condição de adequação contínua, segundo a qual novas coisas e pessoas entram no campo de visão da câmera estacionária da atenção e dela saem e em que a própria memória é como uma fita de vídeo, sempre pronta para ser apagada para poder gravar novas imagens (BAUMAN, 2008, p. 115).

A paisagem invisível dos bairros se contrapõe à paisagem visível da arquitetura dos shoppings, dos centros comerciais e dos espaços religiosos, que se apresentam numa ordem em que os lugares distinguem e definem a liberdade como o principal fator de estratificação dos habitantes, tomando o mover-se para qualquer lugar (a liberdade de mobilidade) e o poder de evitar seletivamente os lugares como as condições para pensar a liberdade. A ordenação de tais lugares nessa linha contínua significa que as praças transformadas em guetos e lugares de passagem, sujos ou cuidados, abandonados ou restaurados, com a população à procura de lazer, são um marco do paisagismo organizado no nosso país desde o Brasil Império. Pouco a pouco, as praças vão acentuando o desencanto com um conjunto de ideias sobre as praças públicas segundo o que significaram, no passado: locais de interações do coletivo que propiciavam o encontro das crianças para as brincadeiras de pique, de esconde-esconde, de amarelinha. Hoje, constatamos a ausência das crianças nas praças e ruas.

E se não fossem as supostas comunidades ocupando as praças transformadas em “espaços-gueto”, elas significariam lugares vazios espalhados pela Via Light dizendo do medo de contato, medo que leva o viajante a dispensar a interação com esses lugares, reduzindo a rua à tarefa exclusiva do tráfego, o que alimenta o reconhecimento desses espaços como úteis à violência. “O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença dos humanos” (BAUMAN, 2001, p. 122).

Essas praças e jardins que margeiam a Via Light, sem a presença das crianças, com suas diferenças e singularidades, reconhecidas no mundo globalizado como sujeitos de direitos, nos mostram, primeiro, o esvaziamento dos espaços públicos abertos; segundo, a tensão entre global e local; terceiro, a segregação espacial, que submete os habitantes a guetos; por fim, a dispensa de interação, que lança os cidadãos em um processo de compartimentação e fragmentação do território, produzindo em seus atores múltiplos sentidos do lugar e diferentes modos de estar com o outro, de viver a vida e de criar vínculos com os espaços de convivência social.

O passeio pela Via Light, na companhia dos estudantes que participaram desta pesquisa, nos mostrou a desconexão da criança com o espaço público aberto, estabelecendo-se um silêncio que foi cortado pela pergunta: Cadê as crianças? Em busca das crianças, realizamos um levantamento dos espaços que fazem parte da URG Centro. Com relação aos espaços públicos abertos de convivência social,

localizamos quatro praças no centro: a Praça da Liberdade, situada na Avenida Marechal Floriano, que tinha alguns bancos para jogos de dama e que sempre foi ocupada por camelôs; a Praça Santos Dumont, que já foi ocupada com artesanato, perto do Parque de Diversões; a Praça do Skate, que fica do outro lado da estação ferroviária, com uma quadra esportiva; e a Praça Rui Barbosa, onde ocorriam os comícios.

No que diz respeito aos espaços públicos fechados, localizamos: Abadá-Capoeira de Nova Iguaçu, Biblioteca Municipal Cial Brito, Espaço Cultural Anna Márcia Mixo, Cinema Center, Espaço Silvio Monteiro, Bar do Bigode, Buraco do Getúlio/Ananyas Bar, ComCirco, Cineclube Digital, Afoxé Maxambomba e Desmaio Público. E também eventos culturais, como Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense, Festival Mix de Esquetes, Feira do Livro de Nova Iguaçu, Projeto Cordel Com a Corda Toda, Roda de Choro dos Pavões e Festa do Padroeiro Santo Antônio, todos no Centro. No bairro da Califórnia, podemos citar Espaço Cultural Na Encolha; em Moquetá, Cine Iguaçu Top e Teatro SESC Nova Iguaçu. Esses espaços fechados, que aparecem como ambientes planejados para atrair os cidadãos, os quais, viciados em segurança, os consideram lugares que oferecem as condições de proteção da vida urbana, traduzem oposição aos espaços abertos, ameaçados pelo seu esvaziamento.

Há um contraste marcante entre esses dois extremos: a ausência das crianças nos espaços públicos abertos e a sua presença nos espaços públicos fechados localizados na URG Centro.⁵

São contrastes que ganham nova importância, porque estão relacionados à tensão entre global e local, revelando o desenvolvimento geográfico desigual na cidade considerada periférica e dormitório.

Nos espaços públicos fechados, percebem-se os templos de consumo.

A metáfora do ‘templo’ de Ritzer é adequada; os espaços de compra e consumo são, de fato, templos para os peregrinos – e, definitivamente, não se destinam à celebração das missas negras anuais das festas carnavalescas nas paróquias. O carnaval mostra que a realidade não é tão dura quanto parece e que a cidade pode ser transformada; os templos de consumo não revelam nada da natureza da realidade cotidiana. O templo de consumo, como o ‘barco’ de Michel Foucault, ‘é um espaço flutuante do espaço, um lugar sem lugar, que existe por si mesmo, que está fechado em si mesmo e, ao mesmo tempo, se dá ao infinito do

5

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO CENTRO	Centro	28.867	14.228	3.5247	8190,00
	Califórnia	6.692	3.360	0,8144	8217,10
	Vila Nova	8.091	3.504	0,9259	8738,52
	Caonze	6.151	3.360	0,8534	7207,64
	Bairro da Luz	23.005	7.080	3,1764	7242,47
	Santa Eugênia	13.447	4.572	2,1074	6380,85
	Jardim Iguaçu	9.500	4.644	0,9386	10121,47
	Chacrinha	5.017	1.720	0,4493	11166,25
	Moquetá	8.318	3.322	1,7781	4678,03
	Viga	11.158	3.565	1,0063	11088,14
	Rancho Novo	6.962	3.688	0,8329	8358,75
	Vila Operária	10.966	2.715	1,0125	10830,61
	Engenho Pequeno	13.114	4.468	1,0517	12469,33
	Jardim Tropical	9.604	4.132	0,9800	9800,00
	Prata	6.801	2.652	0,8430	8067,61
URG CENTRO	175.562	50.160	40.0877	-	

Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (2004).

mar; pode realizar esse ‘dar-se ao infinito’, porque se afasta do porto doméstico e se mantém a distância’ (BAUMAN, 2001, p. 115-116).

O que significa, então, compartilhar a vida nesses templos de consumo? Esses lugares públicos fechados, diferentes dos lugares públicos abertos, aparecem como

[...] ‘lugar sem lugar’, autocercado, diferente de todos os lugares ocupados ou cruzados diariamente, é também um espaço purificado [que permite aos cidadãos um] sentimento reconfortante de pertencer, a impressão de fazer parte de uma comunidade. [...] A imagem da comunidade é purificada de tudo o que pode implicar um sentimento de diferença. Ou conflito, a respeito do que ‘nós somos’ (SENNETT apud BAUMAN, 2001, p. 116-117).

O lugar sem lugar é aquele adequado aos tempos atuais “globais-locais”. Esses lugares nos remetem aos problemas que envolvem o sentido global do local, que se constitui sob a tensão entre essas duas faces extremas.

Na tensão entre *espaço-gueto* e *lugar sem lugar*, estabelece-se a busca de sentidos para a ausência e a presença das crianças que pertencem a diferentes classes sociais, gêneros, etnias e universos linguístico e religioso, com a intenção de compreender as culturas infantis na complexidade social da vida urbana nas múltiplas cidades de Nova Iguaçu, cidade considerada ora periférica em relação ao Rio de Janeiro – compreendido como centro –, ora dormitório, cujos habitantes, em sua maioria, trabalham em outra cidade, voltando apenas para dormir.

Giddens (1990) chama a atenção para a separação entre espaço e lugar. O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais determinadas que nos moldaram e nos formaram e às quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença – por uma atividade localizada [...]. A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão ‘ausentes’, distantes (em termos do local), de qualquer interação face a face. Nas condições da modernidade [...], os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é, simplesmente, aquilo que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990, p. 18 apud HALL, 1999, p. 72).

Os lugares permanecem fixos; é neles que temos “raízes”. Entretanto, o espaço pode ser “cruzado” num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou por satélite. Harvey (1989) chama isso de “destruição do espaço através do tempo” (HARVEY, 1989, p. 205 apud HALL, 1999, p. 73). Surgem as questões: O tempo matou o espaço? Como compreender a infância em sua relação com o tempo e o espaço? O conhecimento sobre os modos de vida das crianças só é possível nos lugares públicos fechados? Os lugares públicos fechados modificam os processos de sociabilidade e de socialização das crianças? Como as crianças percebem os lugares públicos abertos e neles são recebidas? Que encontros são experimentados e vividos por elas nesses espaços? O que conhecemos das culturas infantis em lugares públicos

abertos em contextos urbanos? Em meio a tantas perguntas, considerou-se que o primeiro desafio para as pesquisas com crianças era definir *infância* e *criança*, para compreender o que a infância nos fornece para pensar a atualidade.

A ausência e a presença das crianças nas praças

A presença das crianças nos lugares públicos fechados condiciona a sua ausência nos lugares públicos abertos, que, como ruínas, são ricos para mostrar o tempo materializado nas letras das músicas “A Banda”, de Chico Buarque, e “A Praça”, de Ronnie Von. Chico Buarque, na letra de “A Banda”, destaca: “Mas para meu desencanto/ O que era doce acabou/ Tudo tomou seu lugar/ Depois que a banda passou/ E cada qual no seu canto/ Em cada canto uma dor/ Depois da banda passar/ Cantando coisas de amor/ Depois da banda passar/ Cantando coisas de amor”. Em “A Praça”, Ronnie Von diz: “A mesma praça, o mesmo banco/ As mesmas flores, o mesmo jardim/ Tudo é igual, mas estou triste/ Porque não tenho você/ Perto de mim”. Ronnie Von retrata a praça com relação ao amor; e Chico Buarque, quanto à magia dos teatros e das festas, povoados de crianças, jovens, adultos, como local dos sonhos, do prazer do encontro, mas também como esse prazer termina na praça.

As letras das músicas de Chico Buarque e de Ronnie Von personificam a presença do desencanto em função da ausência dos teatros na rua, das festas, dos encontros e da perda do amado, assinalando o vazio que fica no lugar. A formação do encanto torna-se visível com a criação dos laços afetivos, sociais e culturais, que promovem identificações e forjam identidades. Derrida (1991) ressalta que a cultura ocidental pode ser compreendida como uma história da visibilidade, da interpretação do visível.

A poesia contida nas letras das duas músicas, que abordam o encanto e o desencanto com relação à praça, torna possível a compreensão de que os espaços são entendidos de dois modos: por meio do uso e por meio da percepção. Em outras palavras, são apropriados pela visão, pelo caminhar e pelo tato por meio da habituação.⁶ Morin (2000), quando fala da complementaridade entre prosa e poesia, nos ajuda a refletir sobre a recepção da ausência e da presença das crianças nos espaços de convivência social, ou seja, como as crianças passaram a ser percebidas e a se relacionar com os lugares de convivência social:

Então, podemos compreender a complexidade humana através da literatura, enquanto a poesia nos ensina a qualidade poética da vida, essa qualidade que nós sentimos diante de fatos da realidade. Como os espetáculos da natureza: o céu de Brasília, que é tão bonito. É essa poesia que nos dá força e nos ensina a qualidade poética da vida, porque ela não é somente uma prosa que se deve fazer por obrigação. A vida é viver poeticamente na paixão, no entusiasmo. Para que isso aconteça, devemos fazer convergir todas as disciplinas conhecidas para a identidade e para a condição humana, ressaltando a noção de *homo sapiens*; o homem racional e fazedor de ferramentas, que é, ao mesmo tempo, louco e está entre o delírio e o equilíbrio no mundo da paixão, em que o amor é o cúmulo da loucura e da sabedoria. O homem não se define somente pelo trabalho, mas

6 Gewohnung. Optou-se por verter para “habituação”, termo um tanto incomum, para deixar implícita, como ocorre no original, a relação com outros termos centrais dessa passagem: “hábito” [Gewohnheit], “habituar-se” [sich gewöhnen], que remetem ao verbo “habitar” [wohnen] e permitem a Benjamin explorar o tipo de recepção que se dá através da arquitetura (BENJAMIN, 2012, p. 115).

pelo jogo. Não só as crianças gostam de jogar, os adultos também gostam, e, por isso, vemos partidas de futebol. Nós somos *homo ludens*, pois não existe apenas o *homo economicus*, que só vive em função do interesse econômico. Há também o *homo mitologicus*, isto é, vivemos em função de mitos e crenças. Enfim, há o homem prosaico e poético, como dizia Hölderling: ‘O homem habita poeticamente na terra, mas também prosaicamente, e, se a prosa não existisse, não poderíamos desfrutar da poesia’ (MORIN, 2000, p. 7).

A visibilidade dos brinquedos nas praças vazias de crianças funciona como a lembrança de um tempo passado narrado nas letras de Chico Buarque e Ronnie Von, resíduos de um tempo que associou infância a noções de graciosidade, pureza, inocência, traduzidas por *papericação* e abrangendo a ideia de desenvolvimento, que carrega as noções de imperfeição e incompletude, traduzidas por *moralização*. Essas concepções estão vinculadas ao projeto moderno, que acreditava ser fundamental que se “educassem as crianças tornando-as moralmente melhores, pois, afinal, elas são o ‘futuro’ de uma sociedade livre e esclarecida” (GAGNEBIN, 2008, p. 4).

Nesse sentido, Gagnebin (2008) afirma que, na atualidade, ocorre o processo inverso ao dos “moldes a que assistimos no projeto moderno” (GAGNEBIN, 2008, p. 4). No tempo do capitalismo industrial, ocorreu o desaparecimento das crianças reais pela necessidade de infantilizá-las no processo de institucionalização e de analisá-las como objeto do cuidado dos adultos, e houve o aparecimento da infância portadora de uma essência. No mundo consumista de hoje, surgem as crianças reais, e “as infâncias que desapareceram são aquelas construções fruto das representações dos adultos: infância inocente, livre, pura, boa, passiva, sem voz, fraca moralmente, dependente” (GAGNEBIN, 2008, p. 4)

A institucionalização da infância se deu com o surgimento do capitalismo, da imprensa e da ciência moderna, ou seja, as infâncias são imagens criadas por conceitos construídos pelas ciências, que fundamentaram práticas sociais que se mostraram consistentes e comprometidas com o projeto da modernidade, que contribui para o afastamento da criança com relação ao espaço público aberto. Esse ato de apartar-se trata da cisão que foi desenvolvida na modernidade entre o cuidado de si, como referência à ordem do interior, e o cuidado da cidade, do outro, do planeta, como referência à ordem do exterior.

O processo de dissociação entre cuidado de si e cuidado da cidade instaurado na modernidade oferece a distinção entre vida pública e vida privada, estabelecendo, então, as bases para apresentar criança/indivíduo e cidade, espaço privado e público como realidades distintas. Nessa perspectiva, a infância é um dos principais personagens do projeto moderno, que condensa as suas ideias fundamentais: progresso, emancipação, individualidade, trabalho e tempo/espaço.

Na modernidade, a construção do entendimento do cuidado do sujeito individual e da cidade é produzida na cesura entre a organização da vida no espaço público e a organização da vida no espaço privado, opondo vida pessoal e vida pública. Entretanto, o modo de operar a privatização da existência se faz na cidade em uma arena de conflitos, com suas dimensões política e estética que tornam os conteúdos de liberdade e segurança e as formas de existência da vida em fenômeno da sociabilidade.

Nesse sentido, Ana Cabral Rodrigues ressalta que a modernidade é marcada pelo estabelecimento da equivalência entre subjetividade e individualidade, isto é,

[...] a existência e a experiência passaram a ser atributos eminentemente individuais, passaram a ser privatizadas, encerradas nos domínios do sujeito individuado. Instaure-se, assim, uma cisão, uma dicotomia entre aquilo que é da ordem interna – sentimentos, pensamentos, afetos – e aquilo que é externo – o mundo, a sociedade, o grupo, a cidade. De modo que o indivíduo se torna o elemento primordial de entendimento da realidade, o lugar da enunciação do conhecimento; o indivíduo passa a ser a medida da vida (RODRIGUES, 2006, p. 17).

O sujeito individuado é tratado como o corpo que traduz a qualidade de vida recomendada pela cidade higiênica, limpa, que oferece lazer, entretenimento e cultura para as crianças em espaços como parques, teatros, cinemas, circos, livrarias etc., a fim de possibilitar o cuidado de si em todas as dimensões. Esse cuidado de si produz a crença em uma cultura que exalta o valor da privatização da existência, encapsulando a individualidade na dimensão privada, e se dá pelo saque sistemático à dimensão do espaço público.

O espaço público saqueado proporciona o efeito do capitalismo, que transformou tudo em mercadoria, desde o brinquedo e o vestuário até a criança e a cidade. Para toda mercadoria, é preciso atribuir valor de uso e valor de troca. O primeiro diz respeito à utilidade da mercadoria, que vem da propriedade de atender às necessidades da vida; o segundo refere-se às condições de produção, ou seja, trata do valor que se deve pagar. No entanto, o que define o valor de troca não é o valor de uso, mas o mercado, conforme aborda Henri Lefebvre, no livro *O Direito à Cidade* (1991).

A ausência das crianças nas ruas e nas praças é a imagem da cidade que traduz o desejo de pureza e os medos de uma sociedade e funciona como preservativo urbano; isolam-se as crianças da cidade dos medos de contato com as impurezas urbanas, retiram-se as crianças da rua, mantêm-se as crianças em espaços fechados, como parques, teatros, shoppings, cinemas e tantos outros, para protegê-las, para propiciar conforto e segurança.

O que se percebe é que o interior da casa e o exterior (paisagem dos espaços de convivência social) da cidade seguem a lógica da proteção das crianças e do cuidado com elas, fechando-as em lugares públicos que encorajam a ação, e não a interação social – transformados em templos de consumo –, e que protegem crianças e adultos da falta de segurança, excluindo a convivência com a diferença. Entrar nesses templos é poder estar na cidade, mas não fazer parte da cultura pública.

O perigo mais tangível para o que chama de ‘cultura pública’ está, para Zukin, na ‘política do medo cotidiano’. O espectro arrepiante e apavorante das ‘ruas inseguras’ mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da busca da arte e das habilidades necessárias para compartilhar a vida pública (BAUMAN, 2001, p. 110).

Nessa linha de pensamento, compreendemos que os espaços de convivência propiciam divertimento, sem mistura ou contaminação, passando a ser os organizadores da vida pública. Seriam eles, no entanto, capazes de oferecer as habilidades necessárias para compartilhar a vida pública?

As novas formas de vida social situam-se entre o sonho da semelhança e a ansiedade gerada pela diferença, que, impregnada de impurezas, transforma-se em medo de contato com os diferentes. O lugar sem lugar representa o preservativo urbano que une a ausência das crianças nas ruas e nas praças com os que buscam o “espaço-gueto”. Isso porque os templos de consumo tanto acolhem e beneficiam o sonho de comunidade que é buscado nos espaços-gueto quanto fomentam a política do medo cotidiano, que implica medo de contato com o estranho – representante do perigo, que traz intensa ansiedade, insegurança e ameaça. A política do medo cotidiano coloca a necessidade de reflexão sobre as relações entre os estilos de vida e os lugares “guetizados” com peculiaridades todas suas e tem produzido um mosaico de ambientes e modos de vida que sugerem uma reflexão sobre a relação que esses lugares estabelecem com o que se encontra no mundo mais amplo, tornando os modos de viver e os lugares em fenômeno da sociabilidade.

Os lugares revelam processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com os ambientes e nas formas políticas e culturais.

O mosaico de ambientes sempre esteve presente, mas ele se torna uma questão a mais com a globalização, mudando “aparentemente” a percepção e os usos dos espaços de convivência social. Digo “aparentemente”, porque ainda não está inteiramente compreendido se essas mudanças são problemas novos ou se se trata do fato de estarmos dando conta deles devido à própria globalização. Há também o problema da ligação entre os lugares “guetizados” e a produção de diversidades culturais. A relação infância e cidade é também um problema espinhoso, porque seria demasiado simplista ver a cidade como um mero movimento rumo à mercadoria na cultura global. Marcel Gauchet (1998) afirma:

Desfrutamos doravante de uma liberdade sem precedentes para governarmos a nós mesmos, cada um em seu canto e por sua conta. Mas o horizonte do governo em comum desapareceu. A ideia de uma operação de conjunto sobre a organização de nosso mundo não tem mais suporte, nem instrumentos, nem transmissores. Nós não podemos mais imaginar a ação histórica a não ser como resultante de uma miríade de iniciativas dispersadas, todas legítimas e todas firmemente dispersadas, todas legítimas e todas firmemente decididas a nada ceder de sua independência (GAUCHET, 1998, p. 84).

A prevalência da liberdade sobre a segurança introduz um novo tipo de relação social, pondo em discussão a relação entre os cidadãos e dando importância à relação com as coisas. As noções de interesse e utilidade adquirem a coloração de preferência que cada um tem e que se apresenta como a única base das relações sociais, morais e políticas que os indivíduos mantêm entre si. Essa mudança de que estamos falando nos coloca diante do dilema de ter de escolher entre a existência de uma sociedade que ignora o conteúdo do laço social e o retorno da dominação e da hierarquia, como sugeriu Marcel Gauchet.

A ausência de lugar para o coletivo acarreta o desaparecimento do bem comum, da solidariedade e do pensamento reflexivo, gerando o reconhecimento coletivo da pluralidade dos mundos e um sentimento de injustiça cada vez mais incisivo, o que produz um viver junto sem outrem. Hanna Arendt (2003) nos lembra que a modernidade desmascarou a pluralidade em sua dimensão de dominação e hierarquia,

libertando-nos do modelo de ontem, mas não da necessidade do fazer coletivo, que se torna o desafio de dar a ele um novo lugar.

É a emergência de pensar o fazer coletivo a partir das mudanças do laço social que constitui a questão a ser refletida. Aproxima-nos dessa questão na pesquisa, tomando como ponto de partida que a cidade se constitui num objeto de estudo que conjuga tempo e espaço, assim como a infância. Aqui, a infância é compreendida não como um lugar cronológico ou como algo em fase de desenvolvimento, mas como uma força interpeladora que aponta para um vir a ser que se constitui em incompletude, para apreender o nosso tempo, “para nele perceber não as luzes, mas o escuro”, como é sugerido por Agamben, quando apresenta o seu conceito de *contemporâneo*. Para ele,

[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. Mas o que significa ‘ver as trevas’, ‘perceber o escuro’? (AGAMBEN, 2010, p. 62).

O poeta Manoel de Barros, em seu livro *O Fazedor de Amanhecer* (2001), escreve: “As coisas muito claras me noturnam”. Barros reflete aqui sobre a relação entre o claro e o escuro. Pode-se entender que o escuro que vemos ao olharmos a noite é um escuro especial, porque o luar e as luzes das estrelas e dos corpos luminosos que percebemos no céu escuro não podem ser pensados separados do dia, que tem uma claridade especial, já que a luz solar não nos permite manter fixo o olhar no céu. Assim, precisamos tanto perceber uma luz no escuro quanto buscar uma sombra na claridade. Ao buscarmos a luz no escuro, podemos notar o que se torna obscuro pela claridade. É nesse sentido que se pode dizer que a compreensão da obscuridade implica o não vivido em todo o vivido, aquilo que ainda não conseguimos viver. E ser contemporâneo significa “receber em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo” (AGAMBEN, 2010, p. 64) para “voltar a um presente em que jamais estivemos” (AGAMBEN, 2010, p. 71).

Aqui, o pensamento de Agamben, ao se referir à importância da compreensão do obscuro, aproxima-se da problematização trazida por Gagnebin, quando se volta para a infância como força interpeladora do presente.

É essa compreensão que possibilita pensar, ao mesmo tempo, infância, contemporaneidade e crianças, estas, consideradas o outro na perspectiva de alteridade apresentada por Foucault, implicando trazer para o centro da reflexão a noção de “tempo”, porque o tempo humano é a história, é uma experiência de cultura. A produção de outras culturas não seria possível sem romper com a noção de tempo linear, contínuo, homogêneo, retilíneo. O tempo apresenta-se como a necessidade histórica de o ser humano constituir-se enquanto humano. “O homem não é um ser histórico porque cai no tempo, mas, pelo contrário, somente porque é um ser histórico é que ele pode cair no tempo, temporalizar-se” (AGAMBEN, 2005, p. 121).

Nessa perspectiva, evocam-se, simultaneamente, a história da infância e a história de cada criança no seu tempo, que se constitui de linhas (tempo de vida cronológico, do nascimento à morte) e saltos (tempo de mudar o tempo enquanto vida humana). A história de cada criança aponta para a origem da humanidade, quando

ela projeta o não fim da existência humana. Essa projeção é a lembrança da finitude da vida, que traz o tempo como um problema da existência humana. Assim, o tempo aparece como contínuo, quando nos remete ao seu sentido cronológico, que vai do nascimento à morte, e como descontínuo, quando nos remete ao sentido da vida humana enquanto modo e lugar da existência.

Busca-se compreender o tempo contínuo quando se aproxima a criança da teoria da infância com o sentido de progresso, evolução, para que o homem mantenha o tempo linear infinito. Busca-se compreender o tempo descontínuo quando se aproxima a criança da teoria da infância com o sentido de situar a vida humana como experiência capaz de mudar o tempo finito, com o sentido de incompletude, de não saber.

Assim, a teoria da infância com o sentido de incompletude trata a diferença dos modos de ser criança e dos modos de ser adulto a partir da lembrança de que os discursos dos saberes humanos têm a dimensão de incompletude e de singularidade. Eles vivem dessa fragilidade, isto é, há “uma retomada sem fim, um caminhar sempre reiniciado, uma multiplicidade de percursos” (GAGNEBIN, 2008).

Essa compreensão engloba o sentido de reconhecer a invisibilidade das crianças nos espaços públicos abertos e a visibilidade delas nos espaços públicos fechados como o problema que coloca em análise o modo de viver a vida humana no presente.

É preciso frisar que essa compreensão nos levou a perceber os espaços urbanos e os lugares de convivência social em contexto urbano. Por um lado, eles são oferecidos às crianças como forma de distração e entretenimento na cidade periférica como obra de arte, em sua relação com os modos de vida. Por outro, a arte em questão é a arquitetura dos lugares na cidade que permitem a recepção visual e tátil, exercitando um novo tipo de percepção, o que proporciona às massas momentos de entretenimento e distração na vida cotidiana.

A arquitetura moderna tem estado intimamente ligada às questões do urbanismo, que integra conhecimentos necessários para a criação dos lugares e do espaço urbano. Aqui, tomamos o urbanismo para problematizar a cidade a partir dos espaços de convivência social que proporcionam momentos de entretenimento e distração na vida cotidiana, entendendo-os como objeto de arte que pode possibilitar a reflexividade estética.

Nesse contexto, a cidade é, em si, um objeto já reflexivo, mimético, sensorial, que opera na experiência do cotidiano como cenário em que se desenrola o drama da vida nos dias de hoje, expressando que os usos e os sentidos visual, olfativo, tátil, sonoro e do paladar atingem dimensões novas na vida urbana capazes de produzir sentido de espanto, estranheza e desbanalização.

Assim, a cidade coloca em cena como ela atua nos processos de subjetivação e dessubjetivação do modo com que os cidadãos vivem essa subjetividade. Segundo Guattari e Rolnik (1999),

[a] subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é, essencialmente, social e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo chamado de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 33).

As condições de subjetivação da atualidade e sua compreensão exigem o diálogo entre os sujeitos e a cultura com vigor teórico para aliar o pensamento à potência de vida. Esse pensamento precisa do espanto e do estranhamento que ocorrem através da atenção aos minúsculos acontecimentos do cotidiano, para tornar vivo aquilo que ainda não foi nem experimentado nem vivido por meio da nossa própria experiência histórica. É com esse entendimento que nos lançamos com encanto e desconcerto para captar a cidade, nosso objeto de estudo, que é tão humano quanto um drama, um romance ou uma poesia.

Dessa perspectiva, dizemos que os processos de subjetivação são formados e produzidos no contexto do cuidado de si de Michel Foucault (2001), derivando da preocupação dele com os “efeitos de dominação que podem estar ligados às estruturas de verdade ou às instituições que são encarregadas da verdade” (FOUCAULT, 2001, p. 724). O foco da produção de subjetividade é acompanhado da tematização do cuidado de si, numa proposta em que a pesquisa narre as tramas usando a palavra para compor o silêncio. É a troca de palavra por silêncio que descreve as relações com valor de memória. Essa arte de narrar possibilita compreender a pesquisa não como uma marcha para a frente, para o progresso, mas como um movimento, um “caminhar com passo suspenso”, como diz Agamben (2010, p.15). É esse movimento que aproxima a pesquisa da arte, e o lugar em que a pesquisa se desenvolve é a possibilidade de construção autêntica de uma relação entre os sujeitos – sujeito-pesquisador e sujeito-criança – de modo que política e arte se encontrem urdidas pela escrita de um projeto ético que ponha a potência de vida como forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver a vida humana no presente.

Cada lugar e cada espaço urbano constituem um conjunto de recordações que deles emerge assim que o nosso relacionamento com eles é estabelecido, compondo o conteúdo das experiências como figuras de tempo que, concomitantemente, revelam a multidão como espetáculo fascinante e retratam a massa como encarnação de um movimento de terror através da figura do Homem da Multidão, “um desconhecido, que escolhe seu caminho de modo a se manter sempre no meio da multidão” (BENJAMIN, 2012, p.89). O contato com a multidão, a recepção de “choc” enquanto provocação da surpresa seriam, segundo Benjamin (2012), a experiência constitutiva da reflexão e da sensibilidade do homem moderno.

A indiferença, o fechamento de cada um nos seus interesses privados, o ritmo alucinado, o anonimato são alguns traços do estilo metropolitano de vida que permeiam a sensação da tensão urbana, a violência, os crimes, os acidentes e a marginalização que se multiplicam na cidade, possibilitando ao cidadão fixar fatos isolados na lembrança e perder a capacidade de incorporar os acontecimentos e interesses a sua experiência. Mas esses traços permitem o contato com a multidão no seu fluxo e dispersão, o que é vital para o *flâneur* descobrir rastros e mapear caminhos e lugares.

Para Benjamin (2012), isso se deve ao fato de a narração não entrar na tradição, rompendo aquele movimento de um indivíduo contar ao outro um acontecimento que faz parte da vida do relator e é oferecido aos ouvintes como experiência; isso é o que caracteriza a narração.

[A narração] imprime o sinal do narrador, deixa rastros, situa. A informação visa apenas a comunicar o puro em-si do acontecimento, fragmenta e autonomiza-o, impedindo que se arme a tela da tradição. Sabota a representação. Este processo, a substituição da narrativa pela informação, só poderia, portanto, apresentar-se a Benjamin como uma ‘progressiva atrofia da experiência’. A recepção de ‘chocs’ tornou-se regra geral da experiência moderna (PEIXOTO, 1982, p. 144).

A sociedade pulsa através dos espaços na cidade que se constituem em um território complexo, em que se mesclam e se separam diversas identidades, reproduzindo as dinâmicas sociais.

Pensar os lugares e os espaços na cidade como obras de arte significa a possibilidade de pensar com sentimento, com sensibilidade, o que equivale à pesquisa como arte, isto é, um pensamento grávido da presença e da ausência do outro que entrelaça a experiência da vida com as teorizações.

A partir dessa perspectiva, entendemos que a relação entre espaços de convivência social e crianças institui a relação entre infância e cidade. Essa relação refere-se ao tempo histórico e aos espaços de convivência social como obras de arte (à ausência e à presença das crianças). Compreende-se que o tempo histórico precisa do resgate utópico para fazer brilhar o sonho; a utopia nos ajuda a continuar a dar sentido humano ao mundo. A imagem da destruição criativa torna-se relevante para a reflexão sobre a criação e a destruição das maneiras de perceber, sentir, viver e pensar a educação do sensível.

O tempo histórico na pesquisa, ao tomar a infância como sinônimo de interpeção do presente, foi, para nós, como uma pancada, que nos levou a olhar para a vida social na cidade, e possibilitou indicar a temática da presença e da ausência das crianças nos lugares de convivência social na cidade como questão que precisa ser compreendida através da ótica da formação e da produção de subjetividades. Aproveitamos esses movimentos do pensar, próprios de uma escrita, para compartilhar, em forma de questões que surgiram na pesquisa e se mantêm vivas com Barros (2008), o que ainda não sabemos, quando fala: “Agora, não quero saber mais nada, só quero aperfeiçoar o que não sei”. Como compreender a relação entre tempo e espaço a partir da relação entre crianças e lugares de convivência social? Como a vida social, mediada pelos lugares de convivência social, produz subjetividades, cria possibilidades de laços sociais, “identidades partilhadas”, e acolhe diferenças étnico-raciais? Em que espaços de convivência social as crianças compartilham o encontro com as diferenças étnico-raciais? Quais as experiências nos espaços de convivência social em que as crianças compartilham com outras crianças e adultos os processos de criação e inovação na cidade?

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**. Editora UFMG, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. As infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

- BARROS, Manoel de. **O fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012.
- BRITO, José de. **A Via Light e a “demolição dos muros” em Nova Iguaçu: uma abertura para outros processos de sociabilidade**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.
- DERRIDA, Jacques. **El sacrificio**. Transcrição de uma intervenção feita por Derrida em 20 de outubro de 1991 em La Méthaphore. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/>>. Acesso em: 23 fev. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **L’herméneutique du sujet: cours au Collège de France**. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Infância e existência autêntica**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/infancia-e-existencia-autentica/4301/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAUCHET, Marcel. **La religion dans la démocratie**. Paris: Gallimard, 1998.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 4, ano 1, 29 jun. 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.
- LINHARES, Célia (Org.). **Portinari e a cultura brasileira**. Niterói: UFF, 2011.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2000. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- PEIXOTO, Nelson. **A sedução da barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU (2004). **Atlas escolar da cidade de Nova Iguaçu**. 2. ed. Prefeitura de Nova Iguaçu: Nova Iguaçu: 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- ROUANET, Sergio Paulo; PEIXOTO, Nelson Brissac. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: **Revista USP**, dossiê Walter Benjamin, setembro/outubro/novembro 92, número 15.
- RODRIGUES, Ana Cabral. **Subjetividades e espaços: narrativas incompletas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.